



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150543 - MG (2021/0223946-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : DIOGO HENRIQUE SOUZA MACHADO (PRESO)
ADVOGADO : YASMIN KAROLINE DOS SANTOS E OUTRO(S) - MG168772
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DIOGO HENRIQUE SOUZA MACHADO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1125760-70.2021.8.13.0000).

O recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei de Drogas.

Sustenta que o recorrente está sofrendo constrangimento ilegal decorrente da decisão proferida pelo TJMG, que converteu sua prisão em flagrante em preventiva sem apresentar fundamentação idônea. Afirma que o recorrente registra condições pessoais favoráveis.

Requer a concessão do pedido liminar, *inaudita altera parte*, para, suspendendo os efeitos do acórdão proferido nos presentes autos, revogar a prisão preventiva e conceder liberdade provisória – com ou sem aplicação de medidas cautelares. No mérito, requer seja provido o presente recurso ordinário em *habeas corpus* para deferir em definitivo a ordem concedida liminarmente, para fins de revogar a prisão preventiva, com a consequente expedição de alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente